

UM ESPAÇO DOS TRÓPICOS — A BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA —

J. W. Bautista Vidal

O espaço territorial sempre teve, ao longo da história, função estratégica no processo civilizatório. Em cada época, a evolução do seu significado se dá, entretanto, de acordo com as circunstâncias culturais, sociais ou políticas das respectivas regiões ou países.

Na Idade Média, por exemplo, os senhores feudais delimitavam o seu poder de acordo com a extensão de seus domínios e pela qualidade de suas terras. Delas dependiam para a manutenção de seus súditos, na paz e na guerra; delas retiravam, direta ou indiretamente, o indispensável para a manutenção do poder, de defesa ou de conquista, inclusive as condições para garantir a inexpugnabilidade de suas fortalezas. Também, detinham o comando com o controle dos fluxos hídricos e demais potenciais energéticos de seus territórios, especialmente florestas, e dos moinhos, essenciais à produção de alimentos.

Com as extraordinárias descobertas dos povos ibéricos nos séculos XV e XVI, abriram-se horizontes quase ilimitados à expansão da civilização europeia mediterrânea de base humanista. Tal era a pujança e o poder das nações ibéricas, Espanha e Portugal, que, com a chancela do Papa, procuraram delimitar entre si o Novo Mundo pelo Tratado de Tordesilhas. A legitimação das descobertas e a ocupação desses territórios tinham sempre como símbolo o marco da cruz. Neste contexto, é impensável confundir-se a expansão da fé pela cristianização dos povos silvícolas, então na barbárie segundo a visão do europeu, com a cobiça e a ganância mercantilista na busca do ouro e das especiarias, tendo como campo de ação imensas extensões inexploradas, sem adequadas estruturas de ordenamento sociopolítico, salvo a longínqua e quase inatingível metrópole,

representando portanto atração para aventureiros e foras-da-lei.

Viviam os ibéricos uma cultura de base teológica, cujo poder superior provinha de Deus. Tudo a ele se referia, na vida e após a morte. Os ideais da vida eterna, motor espiritual dessa cultura, elevaram ao infinito a tenacidade daquele punhado de homens que construíram neste hemisfério as bases de uma civilização onde o homem faz parte de um todo, sob a égide espiritual superior; para alcançar contudo a vida eterna necessitava conquistá-la, principalmente pela renúncia ao egoísmo e pelo amor ao próximo e a Deus. Enfim, nesta cultura, sendo o homem ser transcendente não é o centro do universo, mas minúscula parte de um todo governado por ente espiritual. Esta base cultural e o fato de a península ibérica ter sido a via de penetração da ciência oriental e grega na Europa, trazidas pelos árabes, permitiram aos seus povos alcançar objetivos de dimensões e de permanência incrivelmente desproporcionais às forças físicas que representavam; isto é, estes feitos se devem à competência para realizá-los, mas, principalmente, à vontade do espírito e à fé, incomparáveis nas ações humanas.

É verdade que os povos ibéricos tinham adquirido a ténpera e o vigor na luta de oito séculos de reconquista de seu território ganho, palmo a palmo, do muçulmano invasor. Não é por acaso que a descoberta da América se dá precisamente no ano em que o último reduto estrangeiro, a cidade de Granada, foi devolvida aos Reis Católicos.

Também os aborígenes da América tinham seus deuses e suas lendas, não eram em si o fim de tudo. Temiam o superior, o que não conheciam. Não desconheciam a ponto de serem apenas arrogantes, pois eram freados nisto por uma sabedoria acumulada em milênios e representada por símbolos que coletivamente adoravam, refletindo especialmente o amor pela natureza, que temiam afrontar. A sábia convivência do índio com o meio ambiente contrasta com a brutalidade com que o trata o homem industrial, em ações reais de incontestável barbárie. O silvícola não estava possuído da ignorante insolência com que o bárbaro atual se relaciona com a vida da biosfera, seus mistérios e suas dinâmicas. Esta prepotência, entretanto, é exercida com o aparente fundamento de estar alicerçada na ciência, sem reconhecer suas limitações e identificar em ente superior o que a sabedoria milenar ensina e que a ciência jamais descreverá. Trata-se de substituir a Deus pelo racionalismo cartesiano, quando a ciência é apenas a interpretação da natureza e da vida, vista pela lógica dos interesses imediatistas dos homens. Assim, essa visão supervalorizada da ciência brutaliza os valores que tornam a raça humana superior pela solidariedade e pela convivência harmônica com o meio que lhe permite a existência e do qual faz parte, a ele voltando como pó. Esta arrogância do homem cartesiano o coloca egoisticamente como o centro do mundo, função de suas ambições e instintos e o afasta dos valores que se desenvolvem sob a égide espiritual unificadora e harmonizadora, depurada por milênios de existência e de sofrimentos humanos.

Enfim, a dinâmica trazida pelo poder anglo-saxão e pelo racionalismo cartesiano do homem burguês, auto definido como o princípio e o fim de tudo, transforma aos outros homens e à natureza em objetos de suas ambições e desejos; ela constitui a base do que se conhece, neste contexto, como progresso; assim tem sido entendido nestes últimos três séculos de sistema de poder que

teve como centro imperial a Inglaterra e, a partir da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América.

A maior parte da Europa, no entanto, conseguiu, em longo processo de lutas e alianças, libertar-se do jugo inglês, salvo Portugal, que ficou a ela subjugada desde a segunda metade do século XVII por meio de tratados econômicos que tiveram como fecho o de Methuem, em 1703. Assim, o Brasil transformou-se, então, estranhamente, em colônia de uma colônia.

Quanto à região da América Ibérica de origem hispânica, foi economicamente dominada pelo Império anglo-saxão desde sua independência da Espanha, dando assim seqüência à dominação externa, neste caso a uma metrópole muito mais poderosa e implacável, de fins principalmente econômicos; tal fato impediu esta vasta região de seguir suas origens culturais, como continuadora legítima das civilizações mediterrâneas de natureza humanística. Teve assim interrompido o seu genuíno processo histórico de convivência humana solidária, fundamentada na igualdade de todos perante ente superior e de convívio harmônico com a natureza, transformando-se, então, em objeto da história, isto é, recurso à mercê dos interesses do centro imperial. Deste modo, configurou-se para o continente ibérico, profundo conflito tendo que encarar uma realidade diversa à ditada por suas bases culturais, sem ter por fim o ser humano e a vida, os seus valores e seu destino. De sujeito da história, como parte de um todo harmônico, ficou reduzido a objeto, submetido às ambições de uma civilização que tem como "deus" o econômico, no nosso caso de controle externo; nesse quadro, dá-se a subordinação do espiritual, do social e do humano, seus ideais e transcendências.

Embora o racionalismo fundamente o desenvolvimento da ciência, a aplicação desta em benefício da sociedade se faz sempre no interesse do sujeito, do centro de poder. O objeto se reduz à condição de fonte de recursos, materiais e humanos, permanentemente desvalorizados, não importando seu desperdício ou destruição. Afinal, quem paga com o trabalho e com a vida é o povo colonizado. Como tudo é função do sujeito e a seu favor, nesta estrutura de poder de exacerbação do econômico em detrimento da moral e do humano, não há, por que ser racional com o objeto; este existe simplesmente para servir e para ser consumido. Qualquer iniciativa em contrário precisa ser interrompida ou destruída. Assim ocorreram com as tentativas de empreendimentos soberanos do Patriarca da Independência, do Barão de Mauá, de Delmiro Gouvêa, entre muitas outras.

Nossa dependência do império anglo-saxão teve início, como vimos, com o Tratado de Methuem, no início do século XVIII, quando nos tornamos, indiretamente, colônia econômica da Inglaterra. Com a vinda do Príncipe Regente para o Brasil, quando se esperava libertação do jugo inglês pela administração soberana do imenso potencial que nosso território oferecia, deu-se o contrário. Quase prisioneiro das tropas de Napoleão que cercavam Lisboa, o Príncipe aceitou fugir com a família real e a corte portuguesa para o Brasil, sob o manto "protetor" da esquadra inglesa. Naturalmente isto teve um preço que foi a subjugação econômico-mercantil ao império anglo-saxão, estabelecida por meio da abertura dos portos às nações "amigas", com tarifas favorecidas. Este predomí-

nio inglês impossibilitou o desenvolvimento autônomo do País durante cento e cinqüenta anos.

Esta situação, institucionalizada em 1808, não sofreu qualquer modificação com nossa separação política de Portugal ou com a implantação da República em 1889. Somente tivemos um vislumbre de alteração dessa dominação com a Revolução de 30, a maior mobilização civil-militar brasileira, na esteira de grande número de significativos acontecimentos que ocorreram na década anterior, quando, finalmente, a consciência nacional iniciou processo de afirmação; posteriormente, este processo foi freado na segunda metade dos anos 50, pela implantação do "modelo" de crescimento econômico dependente dos países hegemônicos do capitalismo internacional. Este "modelo" representou desvio profundo dos caminhos de autonomia e de liberdade econômica que tinham começado a ser traçados no início dos anos 20; então, criou-se um vácuo de poder externo que foi magnificamente aproveitado pela sociedade brasileira, ávida de afirmação e soberania. Esse vácuo deveu-se a que as potências ocidentais estavam ocupadas em disputas que posteriormente resultaram na 2ª Grande Guerra e que caracterizaram o período.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, encontrava-se o Brasil em situação privilegiada no campo internacional, com elevado volume de reservas monetárias e, internamente, com projeto coletivo que levaria à construção de uma grande nação moderna.

Então, liberados dos compromissos de guerra, o grande vitorioso, os E.U.A., imediatamente cuidou de organizar o botim. Assim nasceu o Tratado de Bretton Woods. Era necessário uma nova ordem econômica, mais justa do que a anterior, a qual tinha levado a Alemanha a Hitler e à Segunda Grande Guerra. Tratava-se de excepcional circunstância para criar nova perspectiva de paz e de progresso para a Humanidade. Aconteceu, no nosso caso, precisamente o oposto. A Inglaterra, não vendo mais condições de continuar dominando as finanças internacionais, transferiu o cetro do poder financeiro aos E.U.A. Reunidos em Atlantic City, convocaram para julho de 1944 a Conferência de Bretton Woods tendo por objetivo que os países (derrotados e aliados) ouvissem o que tinham decidido. (Há quem considere terem continuado os objetivos da Alemanha Nazista e de Hitler, apesar de terem perdido a guerra.) Logo ficou claro que os dois países procuravam impor seus interesses sobre os demais. Com 52% do Produto Bruto Mundial e a possibilidade de contar sozinhos com a nova e mortífera bomba atômica, os E.U.A. sabiam que suas ordens deveriam ser acatadas. A União Soviética praticamente não foi ouvida e provavelmente nada tinha a dizer, com seu território ainda ocupado por tropas alemãs. Lord Keynes, o representante inglês, pretendia a criação de uma Câmara Multilateral de Compensação e de moeda internacional neutra. Os E.U.A., ao contrário, como sócios majoritários do Fundo Monetário Internacional, organismo criado nesta ocasião, impuseram a sua como moeda internacional, além de colocarem o Sistema Financeiro Internacional a serviço de sua hegemonia mundial. Inicialmente estava fora de cogitação o uso de moeda nacional para ser a de referência, pois as crises desse país seriam automaticamente transferidas para os demais. No final da Conferência, por barganha entre os E.U.A. e a Inglaterra, a razão do mais forte converteu

o dólar na primeira moeda de referência e a libra esterlina na segunda. Em contrapartida, os E.U.A. se obrigavam a vender a onça de ouro (31 gramas) a trinta e cinco dólares, o que definia a paridade de referência.

O estabelecimento da moeda padrão-ouro era a única garantia que os outros países dispunham para proteger seus patrimônios de expropriações decorrentes de emissões arbitrárias de moeda de referência. Foi o Presidente De Gaulle quem primeiro exigiu dos E.U.A. o cumprimento do estabelecido no Tratado. Encontrou porém o sistema financeiro internacional desguarnecido. Poder-se-ia assim dizer que desde então este sistema estava falido.

Nestas condições, o presidente Nixon, em 1971, formalizou, unilateralmente, a intenção de não mais respeitar a paridade do dólar com o ouro, sem que esta moeda perdesse seus privilégios de moeda reserva internacional. Esta medida destruiu amarração essencial que dava suporte político-institucional ao Sistema Financeiro Internacional, permitindo o seu funcionamento em condições de estabilidade e de decência. Desta maneira, era de se esperar a convocação imediata de uma conferência internacional com o objetivo de estabelecer as bases para o funcionamento de novo sistema, o que, estranhamente, não ocorreu até hoje.

Sob esta sistemática de arbítrio, que talvez nem fizesse parte dos "sonhos" de Hitler, resultou esta Década Maldita, "década perdida", como dizem algumas consciências que ainda restam no centro de poder, "de absoluta tragédia", de genocídio de dezenas de milhões de vidas, de destruição de mais de um século de organização e de trabalho e de aniquilamento de milênios de cultura. Parece ter entrado em colapso o princípio de subordinação das vantagens econômicas aos fins sociais e o reconhecimento de que o economicamente bom nem sempre é moralmente aceitável. Repete-se, como em 1919, o colapso de uma utopia, vazia e sem substância, com o mesmo desespero de então: "As massas européias se conscientizaram, pela primeira vez, que a existência, nesta sociedade, não é governada por forças racionais e sensatas, mas sim por forças irracionais e demoníacas." 1

Sob este sistema, um só país pode expropriar o resto do mundo, excluindo naturalmente seus sócios, com a emissão arbitrária de papel-moeda sem referência, nem lastro. Simultaneamente, dá-se ao monetário valor absoluto. Tudo depende dele, ao tempo em que se relega as riquezas reais a crescente desvalorização, embora sejam elas os verdadeiros ingredientes necessários à construção das civilizações: os recursos naturais, as fontes de energia e o trabalho, particularmente o trabalho intelectual; sendo a moeda legítima um símbolo apenas quando reflete esses valores.

Evidentemente, estruturas locais servem aos interesses circunstanciais dos centros de poder, como são exemplos os profissionais da economia que, no uso de teorias mistificadoras, garantem essas sistemáticas; gerentes e agentes estatais e mercantis, e oligarquias, corrompidas e serviçais que, direta ou indiretamente, exercem poder político.

Este sistema, artificial e arbitrário, não tem condições de persistir, principalmente pelo preço em tragédia e em vidas que necessita para manter-se. Trata-se de grande bolha de sabão que terminará implodindo e suas conseqüên-

cias provocarão ainda mais miséria e tragédia, e, neste caso, fatalmente envolverá também as populações do chamado Primeiro Mundo, beneficiárias do atual estado de depredação, desperdício e predomínio.

Para dormir, por exemplo, uma noite em Nova York, Paris, Londres ou Copenhague, em hotel, sem direito sequer ao café da manhã, necessitamos colocar no outro lado do mundo, isto é, em Tóquio ou qualquer porto japonês, trinta toneladas de excelente minério de ferro de Carajás; os preços de exportação desse minério não cobrem nem os custos globais do transporte, representando portanto alienação patrimonial onerosa de recurso natural não-renovável.

Para garantir no Primeiro Mundo os baixos preços do alumínio é necessário ceder-lhes gratuitamente imensas reservas naturais e vender-lhes a energia elétrica de Tucuruí por um quarto do que custa sua produção aos brasileiros. Para viabilizar este "negócio da China", contra nós, tivemos que tomar empréstimos, a juros extorsivos, aos banqueiros internacionais, envolvendo vários bilhões de dólares, embora todos os investimentos poderiam ter sido exclusivamente em cruzeiros ou em cruzados. Infelizmente, estes "negócios", referendados pelos nossos "gênios" da economia, não são exceções, mas a regra. Trata-se de sistemática global indispensável à manutenção do *status quo* dos governos e das corporações que detêm o poder central.

Em análise mais detida pode-se constatar a situação extremamente difícil, potencialmente desesperadora em certos casos, da realidade dos países que formam o bloco do chamado Primeiro Mundo. A maior potência industrial-militar, os E.U.A., por exemplo, carece em seu território de inúmeros minérios estratégicos; seus principais sócios, o Japão, a República Federativa da Alemanha, a França e a Inglaterra não se destacam pela abundância de recursos minerais não-renováveis; restam as reservas de seus dependentes, Canadá, Austrália e África do Sul, com os conhecidos problemas deste último e as relativas limitações ante as crescentes demandas mundiais. Para que se tenha idéia clara da dinâmica internacional, estabelecida para expropriar esses preciosos recursos não-renováveis, estratégicos em qualquer circunstância e essenciais para a construção e avanço civilizatório, basta considerar-se o seguinte: excetuando-se o petróleo e aqueles minerais usados como materiais de construção, os recursos minerais não-renováveis, em 1978, corresponderam a 0,708% do Produto Bruto mundial, o que reflete os insignificantes valores com que são manipulados no mercado internacional de trocas. Isto evidencia que estes recursos cruciais não estão sob direto controle dos centros de poder, caso contrário seriam altamente valorizados, o que também demonstra a vulnerabilidade desses países para garantir, de modo efetivo, suas evoluções futuras. Enquanto isto, a circulação contábil internacional de papel-moeda alcança cerca de 95% das relações econômicas.

"Considerando os onze minerais atualmente mais utilizados, inclusive o petróleo, em média, em 1980, os países centrais produziram 62,2% e consumiram 84,7% dos níveis mundiais; o contrário vem ocorrendo com os países do Terceiro Mundo. Com a única exceção do potássio, os países periféricos produziram, em média, mais do que consumiram e essa proporção vem aumentando, à medida que as reservas dos países centrais vêm escasseando ou sendo preservadas para o futuro. Quando se consideram as populações dos dois blocos de países,

os centrais e os periféricos, o consumo *per capita* dos primeiros é, em média, 18 vezes o dos segundos, para esses minérios." ² Nestas condições, a proposta do Clube de Roma de resolver o problema da limitação mundial desses recursos através do controle de natalidade, atingindo especialmente os pobres, é, no mínimo, uma mistificação de natureza política, pois a população efetiva dos ricos corresponde, para efeitos de consumo, a 4,5 vezes a população dos pobres.

Esses recursos não renováveis ocorrem no solo e especialmente nos solos dos territórios nacionais, representando assim importante ingrediente para uma precisa definição deste tradicional conceito, de necessária e urgente redefinição política. "A técnica moderna, militar e econômica, parece ter indissolivelmente fundido poder e território. É difícil para o homem contemporâneo imaginar um mundo no qual o poder político fosse organizado não em termos de território, mas de raças, credos ou classes. Contudo, não se pode ignorar a atração duradoura das ideologias que transcendem os limites das unidades políticas existentes . . . Seu abandono em favor de alguma outra forma de poder grupal organizado seria tão revolucionário que pouco do que se tem como verdade na política internacional se aplicaria . . ." ³

É necessário considerar, de modo essencial, o que ocorre com a produção de alimentos, tendo em vista a nossa localização nos trópicos, com características profundamente distintas daquelas dos países localizados nas regiões temperadas e frias do planeta. De fato, a intensidade da incidência solar é substancialmente superior nos trópicos, além de ser quase uniforme em todo o ano, ao contrário das regiões onde as quatro estações são nitidamente diferenciadas. Assim, quando aplicadas técnicas adequadas a essas condições é possível, para uma mesma superfície, durante todo o ano, uma produção de alimentos muito superior à alcançada em outras regiões climáticas da Terra. Por isso, tomando-se como referência a quantidade de produção de alimentos, o conceito de espaço territorial necessita levar em consideração sua produtividade anual, a qual é mais elevada que a produtividade apenas por colheita, pois nos trópicos é possível, em geral, várias colheitas ao ano.

Esta evidente superioridade tropical, entretanto, fica prejudicada ao aplicar-se técnicas agrícolas transferidas de climas temperados e frios, onde a incidência solar é muito menor. Um exemplo de inadequação nessa transferência é o uso de fertilizantes químicos solúveis. As intensas precipitações pluviométricas dos trópicos arrastam alta porcentagem desses fertilizantes após dissolvê-los. Além disto, é ignorada a intensa radiação solar sobre a matéria orgânica, provocando sua rápida oxidação, ao contrário da sua ação moderada nos climas temperados. A característica essencial dos trópicos e que define sua superioridade sobre outros climas, mas que exige adequado tratamento, tem sido desconsiderada, o que leva a resultados negativos, inferiores aos daquelas regiões sem sua riqueza energética.

Como a fotossíntese é a responsável pela formação dos hidratos de carbono a partir do anidrido carbônico e da água, é evidente que, na presença desses dois componentes, as formações vegetais dependem diretamente dos volumes de incidência de luz solar. Sendo esta muito superior nos trópicos, daí resulta sua superioridade na produção de biomassa especialmente na forma de alimentos e

de energia renovável, garantidos os níveis de umidade necessários. Definitivamente, os trópicos são o espaço dos hidratos de carbono em vez dos hidrocarbonetos fósseis, essenciais em outros climas.

As regiões tropicais são também vítimas de "modelo" de crescimento econômico dependente que procura resolver os problemas da produção por meio de pacotes tecnológicos desenvolvidos nos países centrais da economia industrializada, localizados nas regiões temperadas e frias. Isto naturalmente resulta em dinâmica de transferir para os países dependentes condições e características dos locais onde foram agregados os pacotes. Ela necessariamente resulta em desconsiderar os fatores de produção regionais e nacionais desses países, desprezando suas vantagens relativas; isto provoca incompatibilidades com as realidades locais e tem-se como consequência sistemas produtivos intrinsecamente ineficientes. Para que possa relacionar-se com sistemas produtivos eficientes de nações soberanas, necessitam de sistemático subsídio, fundamento do processo inflacionário e causa direta do enfraquecimento econômico. De fato, o "modelo" de crescimento econômico dependente condiciona as nações que o utilizam ao papel de economias periféricas. Este "modelo" define a estrutura operativa do neocolonialismo, de efeitos mais profundos e perversos que o colonialismo mercantil do século XIX.

Como os países centrais da economia internacionalizada se localizam em regiões frias e temperadas do planeta, o "modelo" dependente impõe condição adversa aos países periféricos tropicais. De fato, sendo as circunstâncias naturais dessas regiões profundamente distintas daquelas dos países industrializados, é inconcebível impor-lhes soluções desenvolvidas para outros, desprezando-se suas próprias características. Isto resulta em destruição constante e crescente do seu patrimônio natural e no descaso do seu imenso potencial de riqueza, fundamento de bem-estar e de vida para o seu povo. Como vimos na questão agrícola, todas estas peculiaridades estão diretamente vinculadas ao conceito de território, ao qual precisam ser adicionadas, evidentemente, as circunstâncias dos trópicos. Conforma-se, deste modo, uma nova definição de espaço, de valor estratégico extremo, tanto maior quanto mais se afunda o mundo industrializado, todo situado nas regiões frias e temperadas do planeta, em crise energética sem solução. Assim, as duas fontes energéticas fósseis que viabilizaram o mundo industrial, o carvão mineral e o petróleo, estão com seus dias contados; o último, pela limitação das reservas restantes e o primeiro pelos graves e até insuperáveis efeitos ambientais negativos que provoca. Ademais, "a fissão nuclear demonstra-se cada vez mais inadequada para uso intensivo, tais são os problemas de segurança que envolve, os malignos efeitos de seus rejeitos radioativos e a impossibilidade absoluta de controle desses efeitos a longo prazo. A fusão nuclear é uma hipótese longínqua do ponto de vista técnico, com implicações graves do ponto de vista social e político, pois provocaria concentrações extremas de poder na mão de poucas nações, causadas pela complexidade tecnológica e pelo vulto dos investimentos requeridos. Além disto, não estaria isenta de efeitos ambientais negativos. Restam, portanto, como principais e mais convenientes alternativas energéticas as que se fundamentam em fontes renováveis, tendo como origem o Sol. Nestas condições, o poder das regiões tropicais emerge com imenso significado, por

causa dos estratégicos papéis que passarão a desempenhar como principais detentores de fontes energéticas essenciais, em futuro mediato, em todo o planeta."

"O elevadíssimo potencial energético que o nosso País representa a nível mundial é ainda praticamente ignorado pela quase totalidade dos dirigentes das áreas econômicas e financeiras que têm exercido o poder no Brasil." ⁴

Isto se deve à inadequação das teorias econômicas na análise das questões energéticas e tecnológicas; à natureza do "modelo" de crescimento, que impõe o uso de soluções que têm como origem as nações hegemônicas e à atitude servil da nossa classe dirigente.

A impotência analítica dessas teorias e o despreparo de seus executores envolvendo essas questões estratégicas, associados à ditadura imposta pela mistificação e supervalorização do monetário, estão nos levando, como povo, ao desastre.

Ademais, "os fluxos energéticos se constituem, desde os primórdios da humanidade, em um dos principais vetores que moldam as civilizações. À medida que as sociedades vão se tornando mais industrializadas, essas influências são maiores e, cada vez mais, essenciais. De fato, os níveis de dependência desses fluxos passam a ser vitais. Então, sem uma quantidade determinada de energia *per capita*, os habitantes dos grandes centros urbanos das sociedades industrializadas não conseguem sobreviver. Desta energia dependem para comer, vestir-se, locomover-se, habitar; enfim, para todas as suas necessidades básicas. A diferença do homem do campo é que este encontra na natureza (sem estruturas de poder controladoras) toda a energia que lhe é essencial. O cidadão (das sociedades industriais) depende de formas de energia pouco abundantes, na maioria das vezes importadas e controladas por estruturas centralizadas e fora do seu alcance político . . .". ⁵ Entre todas as formas de energia primária, a que tem como origem o Sol e que é captada e armazenada pela biomassa, é a única, de grande porte econômico, que é distribuída com uniformidade em todo o território, salvo as características climáticas das respectivas regiões, concentrando-se nos trópicos e reduzindo-se a medida que se aproximam dos pólos. Assim, quando ela existe em larga abundância, como nas regiões tropicais de vastas extensões agricultáveis, esta forma energética oferece extraordinárias possibilidades de descentralização de efeitos sociais, econômicos e políticos de extrema importância. De fato, não é possível falar-se em sistemas políticos realmente democráticos sem estar baseados na possibilidade de descentralização dos instrumentos de poder, entre os quais, os que controlam a energia têm papel preponderante e definitivo, do qual todos os outros dependem.

São assim as regiões tropicais aquelas que reúnem condições culturais para a construção de civilização comunitária de base espiritual harmonizadora e de recursos naturais cruciais para uma sociedade de poder material descentralizado, graças à total disseminação de suas fontes energéticas renováveis, tornando exequível, portanto, a utopia de uma democracia real, da igualdade de todos, tanto no plano do espírito como no das necessidades de bem-estar e de vida.

Ignora-se, entretanto, na nossa sociedade, o papel que as disponibilidades e as formas de energia desempenham na criação, conformação, evolução e decadência das civilizações. O potencial energético, absolutamente essencial para

qualquer atividade humana, inclusive para a manutenção da vida, é no nosso caso, disponível em dimensões adequadas para a construção de civilização dos trópicos. Para isto, entretanto, é necessário resgatar nossa soberania, o que permitirá retornar ao fluxo histórico original de base humanista e de convivência harmônica com a natureza, em cujas circunstâncias o espaço tropical do continente brasileiro passará a ter valor inquestionável de território enriquecido com imensas fontes energéticas permanentes, origem de vida e base consistente para futura civilização industrial solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 DRUCKER, P. *The End of Economic Man*, p. 56.
- 2 BAUTISTA Vidal, J. W. *De Estado Servil a Nação Soberana – Civilização Solidária dos Trópicos*, Petrópolis, Vozes, Brasília, Editora Universitária de Brasília, 1987, p. 229
- 3 CARR, Edward Hallet, *Vinte anos de crise 1919-1939*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília. (Coleção Pensamento Político p. 212)
- 4 Idem a (2), p. 296
- 5 Idem a (2), p. 218